

Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo

In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; ACSERALD, Henri et al. (orgs.). (2010). Capitalismo globalizado e recursos territoriais - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Lamparina.

Carlos Brandão¹

Introdução

Correndo o risco de incorrer em imprecisão teórica e analítica poder-se-ia afirmar que o Brasil, antes que uma nação, deveria ser caracterizado como uma mera e enorme Plataforma territorial-econômica, que conjuga alta e fácil valorização para capitais mercantis-financeirizados, com, provavelmente, a maior máquina de exclusão, esterilização de excedente social, depredação cultural, desfiliação, degradação ambiental e predação de pessoas e espaços geográficos do planeta.

Antes que um sistema moderno de forças produtivas ou uma economia industrial avançada, o Brasil teria constituído um enorme Complexo ou Arranjo de apropriação/expropriação e promoção mercantil, que lança mão permanentemente de formas diversificadas de acumulação primitiva, ou seja, um Aparelho Mercantil com massas e circuitos de valorização mercantis sofisticados, fundados na extensividade e no expansionismo territorial predatório.

Dotado de gigantescas fronteiras interiores urbano-regionais de valorização, é tal a precariedade da constituição de classes sociais mais dinâmicas no país, o decompromisso de suas elites com o território e com o espaço nacionais, o desamparo a que estão submetidas as classes subalternas, dentre outros fatores estruturais, que se poderia chegar àquelas hipóteses radicais.

Um pergunta-chave é saber quais as circunstâncias e qual a composição e a natureza do arco de alianças que permitiram montar máquina de desigualdades dotada de tal potência e sofisticação? O que leva à persistência no funcionamento desta máquina de (re)produção de múltiplas desigualdades e de preservação de estruturas socioeconômicas de exploração, expropriação e marginalização? Por que não se arma um Sistema de Forças Produtivas vigoroso, com ampla capacidade de geração e distribuição de riqueza material? Quais são os bloqueios para se engendrar impulsos articuladores do conjunto da atividade econômica dotados de coerência sistêmica de

¹ Prof. IPPUR/UFRJ. Prof. Titular em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. Prof. Titular em Economia Urbana e Regional pela Unicamp. Bolsista CNPq. Coordenador do site www.interpretesdobrasil.org

toda a estrutura econômico-produtiva ou uma divisão-articulação socioterritorial do trabalho dinâmica?

Neste contexto, torna-se importante se interrogar sobre as especificidades de nosso sistema econômico setorial-social que dá suporte a um complexo mercantil sofisticado e questionar os seus mecanismos de atuação e suas relações geopolíticas e geoeconômicas e suas articulações com o regime de acumulação financeirizada e seu engate subordinado nas ondas de liquidez internacional.

Interrogar sobre as estruturas de poder impertubáveis e as múltiplas alianças que travam nosso “futuro histórico”, mas garantem a vigorosa e contínua recomposição das massas das mais variadas frações de capitais mercantis que circulam pelo amplo território nacional, restabelecendo suas condições de valorização ao mesmo tempo em que o espaço nacional vai se tornando, nas palavras de Leda Paulani (2008), uma mera plataforma de valorização financeira internacional.

Uma boa hipótese parece ser a de que se trata antes de processo de valorização do que de acumulação, ou pelo menos de perene coexistência de acumulação primitiva e “acumulação”, embora esta tenha natureza antes primitiva ou de despossessão, via espoliação, do que reprodutiva. Caberia aqui lembrar que esses termos serão melhor discutidos mais a frente.

Estas acumulações primitivas estariam baseadas na apropriabilidade privada extensiva/intensiva do território, na retenção especulativa da terra-propriedade e do dinheiro e na hegemonia da órbita da circulação no amplo espaço nacional.

Nesse instante de crise sistêmica capitalista seria momento propício para revelar nossas heranças e impasses. A abrangência, a profundidade e os prováveis desdobramentos da crise estrutural capitalista atual ainda não puderam ser vislumbrados adequadamente. No capitalismo, as circunstâncias de crise sistêmica são ocasiões de queima e destruição desorganizada de riqueza não sancionada socialmente pelos mercados. Neste sentido são momentos disruptivos de trajetórias em aberto, imprevisíveis. Ao mesmo tempo, são instantes com singulares oportunidades de desvelamento da dinâmica contraditória tanto do capitalismo em geral, quando de suas vias, estilos e padrões de desenvolvimento que se processam nos específicos espaços nacionais.

O que importa é apreender como a atual conjuntura crítica é reveladora da natureza imanente do funcionamento do sistema capitalista e da avaliação da correlação

de forças políticas postas em cada momento histórico no curso das experiências nacionais de desenvolvimento, permitindo analisar e discriminar as determinações gerais do capitalismo central das específicas dos países periféricos.

Neste sentido, a abrangente e profunda crise atual abre oportunidade de resgate das questões e determinações estruturais para pensar o Brasil e o mundo. É momento de investigar os novos instrumentos de acumulação e suas sempre renovadas formas de manifestação, por exemplo da dominância da lógica financeira em todos os âmbitos, porém retendo que trata-se da exacerbação de tendências inerentes ao capitalismo, sendo necessário o exercício permanente de distinguir adequadamente entre as determinações estruturais e seus mecanismos de explicitação.

Considero que há uma importante literatura crítica que veio se desenvolvendo nas últimas décadas e que ficou enublada durante o período neoliberal e que agora deve ser melhor difundida. Essa produção científica tem procurado construir as mediações (históricas e teóricas) devidas entre a lógica da acumulação de capital, dos conflitos, coalizões e alianças de facções de classe em pauta, de um lado, e a construção social do espaço e do território, de outro.

Esta literatura ajuda a compreender como uma plural conjugação de determinantes, tanto de natureza conjuntural quanto estrutural, confluiu para que se processassem alterações profundas na ordem mundial nas últimas décadas. Não caberia aqui discutir em detalhes as diversas dimensões desse processo: regime mundial de valorização financeirizada, reorientação produtiva e organizacional, revolucionarização tecnológica, redefinição do papel do Estado, precarização das relações de trabalho, deslocalização de empreendimentos e fluxos de monetários, marginalização social, regional etc..

É necessário apenas lembrar que algumas transformações estruturais no plano internacional determinaram, a partir de meados dos anos 1970, a retomada do autocentrismo imperial e da hegemonia americana, o reforço do monopólio do poder de pagar, de matar e de falar/calar e, de forma geral, impuseram pesado ônus sobre a economia e sociedade mundiais, quebrando a trajetória anterior de crescimento e impingindo profundas mudanças nas relações sociais, econômicas e geopolíticas.

Apesar da força disruptiva do processo de mundialização do capital, a agenda investigativa deve continuar atenta às questões do papel constitutivo e decisivo da escala nacional e que as disputas por hegemonia inter-estatais e inter-territoriais e as

hierarquias de Estado, moedas e armas ainda moldam o mundo (Fiori, 2007); que este é dominado pelos grandes interesses do poder financeiro e pela força de estruturas empresariais de porte; que as propriedades e as fortunas mercantis, fundiárias e imobiliárias, cada vez mais financeirizadas, continuam a ter papel central no funcionamento do sistema capitalista tanto em termos globais quanto nacionais.

O neoliberalismo e sua literatura internacional hegemônica vinham pregando um sentido inexorável de unificação e convergência do sistema capitalista, rumo a uma espécie de meta-tipo de experiência capitalista “monocultural” anglo-americano, que deveria pautar os ajustes necessários e obrigatórios dos que seguiam equivocadamente outras vias alternativas. Defendia a existência de uma tendência inexorável de convergência para algum “modelo ótimo” de capitalismo, negando a realidade que confirma cotidianamente a diversidade de estruturas institucionais, a pluralidade, a heterogeneidade e a divergência de formas e modos de organização da vida social.

A contrário desta visão conservadora, que propugna um rumo pré-estabelecido na direção de uma composição uniforme de capitalismo, com estruturas semelhantes, a realidade demonstra que há heteromorfia nas experiências históricas. O sistema capitalista é por natureza polimórfico, segue diferentes trajetórias e vias e há constante polarização em suas estruturas e dinâmicas, com pugna reiterada de distintos “estilos de desenvolvimentos” em processo contingente e aberto. Há competição permanente de Estados-Territoriais e Experiências Diferenciadas de Desenvolvimento, daí a necessidade do estudo de suas particularidades e do seu modo diverso de organização em cada contexto histórico, institucional, geográfico etc..

Acumulação primitiva permanente e/ou acumulação por despossessão/espoliação?

A crise contemporânea, de caráter estrutural e não meramente conjuntural, denuncia a natureza intrinsecamente especulativa e monetária do capitalismo. Torna patente o regime atual de valorização das variadas frações de capitais nesta quadra histórica, marcada pela incerteza radical e pela instabilidade sistêmica, em que o rentismo e a dominância financeira prevalecem. Este momento crítico expõe a utilização de diversos mecanismos e processos, alguns inovadores, outros de uso permanente pelo sistema.

As leituras do movimento da acumulação de capital como uma revolução em processo, que revolucionariza endógena e constantemente suas bases, que homogeneiza

e hierarquiza relações e heterogeneiza estruturas e mercadeja tudo, mas, ao mesmo tempo, dispõe de renovados instrumentos (inovacionais, financeiros etc.) para crescentemente se auto-transformar e auto-expandir, se tornando mais sensível às diferenciações e heterogeneidades que lhe possa trazer vantagens distintivas extraordinárias são princípios teóricos fundamentais para se fugir, seja das concepções de estruturas carentes de sujeitos, seja das análises de “atores” ou agentes apartados de estruturas. Neste contexto, a abordagem estrutural, histórica e material da realidade exige a análise da ação das facções de classes sociais e seus projetos em disputa, suas possíveis ou reais coalizões e, sobretudo, dos processos, mecanismos e instrumentos (novos ou velhos) que as alianças de classe lançam mão em dada conjuntura histórica particular.

No exame da natureza destes processos, mecanismos e instrumentos acionados no curso da história do capitalismo, caberia destacar a questão do caráter dos métodos espoliativos diversos que o sistema lança mão. Isto é, questionar se os processos de acumulação primitiva e expropriativa são apenas um elemento de uma fase passada na história ou se teriam papel atual e perene, estando inseridos na trajetória normal, não excepcional do capitalismo.

Ora, o modo de produção capitalista sempre combinou violência extra-econômica, direta, com a violência econômica, indireta, da mercadificação de tudo, isto é, sua inexorável tendência de transformar tudo em mercadoria, levando à mercantilização às últimas consequências.

Autores clássicos do marxismo procuraram demonstrar a natureza perpétua destes processos, que vigoram de forma contínua no curso do processo histórico do movimento de acumulação de capital. Rosdolsky (1968: 234), por exemplo, defende que a acumulação primitiva não é uma fase passada na história do capitalismo, mas “é um elemento constituinte da relação capitalista e está ‘contida no conceito de capital’”. Rosa Luxemburg (1913, v. II: 28) analisou os métodos coercitivos e bárbaros através dos quais a potência expansiva do capital “não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte (...) daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades”. Em sentido semelhante Lenin (1917: 123) afirma que o capital financeiro impôs “a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas ‘zonas de influência’ – isto é,

zonas de vantajosas transações, de concessões, de lucros de monopólio etc. – e, finalmente, pelo território econômico em geral”.

A tradição marxista neste debate parte das análises de Marx, sobretudo as do Livro I de “O Capital”, em sua parte sétima, em que o mesmo demonstra que “o segredo da acumulação primitiva do capital é a expropriação”. Para ele não existe algo como uma acumulação em “estado puro”, afirmando que “é sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência (...) Na realidade, os métodos de acumulação primitiva nada tem de idílios” (Marx, 1967: 829).

Tais métodos baseiam-se na dominação e no predomínio da força bruta, cometendo atrocidades legitimadas pelo monopólio da violência presente no seio do próprio aparelho estatal. A usura, a predação, a utilização de artimanhas ilícitas, a apropriação e a expropriação, as manobras especulativas etc. são seus instrumentos ordinários e não excepcionais. O tomar domínio de bens públicos, assenhorear-se e apoderar-se de propriedades e patrimônios públicos e privados em nome do progresso geral da sociedade são práticas regulares em toda a história do capitalismo.

Segundo Marx, os diferentes métodos de acumulação primitiva conformam um conjunto sistemático. “São coordenados por diversos sistemas, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo”. “Esses métodos se baseiam em parte na violência mais brutal (...) Mas todos eles utilizam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade” (...) A força é o parceiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela também é uma potência econômica (Marx, 1967: 869).

Recentemente vários autores retomaram esta questão central do esquema marxiano de análise do capitalismo. Destaque-se as contribuições de David Harvey (2003), sobretudo em seu livro “O Novo Imperialismo”, em que desenvolve o conceito de “acumulação por despossessão” ou “acumulação por espoliação”. O autor propõe essa conceituação a fim de distinguir da ênfase que Marx dá, em várias passagens d’O Capital, aos aspectos da acumulação primitiva enquanto fenômeno datado, originário, prévio, ou como “ponto de partida”, característico da pré-história do modo de produção capitalista.

Harvey quer realçar o fato de que o vasto espectro de processos que podem ser reunidos sobre a denominação de acumulação “primitiva” ou “originária” (precursora) têm caráter antes de estratégias permanentes e não circunstanciais no capitalismo. Não são mecanismos ou expedientes utilizados em tempos pretéritos, mas, ao contrário, a usurpação e a apropriação da propriedade social por uma minoria têm características contínuas ao longo da história deste sistema social. Portanto, não seria anacronismo falar em acumulação primitiva.

Harvey (2003: 135) criteriosamente procura discernir entre “a acumulação primitiva, que abre caminho à reprodução ampliada, da acumulação por espoliação que faz ruir e destrói um caminho já aberto”. A primeira teria desempenhado o papel de descortinar horizontes, fronteiras e arenas para acumulação, disponibilizando terreno renovado à ao processo de auto-valorização permanente de capital, desbravando novos *loci* de rentabilidade. Já a segunda cumpriria a função de expropriação de espaços já existentes, predando-os (desvastando e desvalorizando ativos, nichos de mercado, patrimônios etc.) para engendrar oportunidades lucrativas capazes de absorver excedentes de capitais não empregados.

Esta distinção realizada por Harvey se coaduna com a brilhante perspectiva de Schumpeter (1943), que discriminou analiticamente, na dinâmica do capitalismo, o momento ativo do processo de destruição criativa, que abre novas combinações econômicas e oportunidades rentáveis, do momento “passivo” das estratégias empresariais denominadas por ele de práticas monopolistas, em que se busca preservar os privilégios já conquistados.

A crise atual conferiu ainda maior importância às contribuições deste grande autor crítico da atualidade, pois David Harvey vinha colocando, desde seu livro clássico *Limits to capital*, de 1982, a dimensão financeira no centro do funcionamento sistêmico do capitalismo, congenitamente instável e contraditório.

Harvey (2003: 123) demonstra como “O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburg observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financeirização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Variações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por

meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições, a promoção de níveis de endividamento que reduzem populações inteiras a prisioneiros da dívida (...) Mas temos que examinar sobretudo os ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro como a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes”.

Suas análises são atualíssimas, pois a usura, o rentismo e seus mecanismos escapatórios das próprias normas mercantis e a da coerção concorrencial, sustentados inclusive a partir do Estado grassam na conjuntura crítica atual. A violência da apropriação de excedente social, comandada via ação estatal, nas principais nacionais capitalistas, não têm nenhum compromisso, que não sejam as prerrogativas e regalias dos proprietários das massas fictícias de capital.

Os métodos utilizados são os mais diversos, não deixando nada a desejar em sua violência daqueles descritos por Marx durante o processo de acumulação primitiva originária. A expropriação e supressão de camponeses, de atividades domésticas e de produções e distribuições solidárias. A geração de uma massa redundante de proletários destituídos de propriedade. Os subterfúgios e mecanismos de exploração (territorial, de classe, de atributos naturais etc.). O uso do território e de seus recursos minerais, água, energia etc. até exaurí-los. A apropriação do espaço urbano (de sua intra e interurbanidade) como locus privilegiado da acumulação espoliativa. Estes e muitos outros, são mecanismos permanentes de expropriação, sustentados muitas vezes por Estados e organismos internacionais. Como exemplo Harvey (2003: 121) aduz que “muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista de acumulação”.

Outra forma privilegiada de acumulação por espoliação é aquela que se dá pela expropriação do patrimônio público. A privatização, esclarece Harvey (2003: 133), citando A. Roy, é essencialmente a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuram entre os ativos produtivos os recursos naturais. A terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa. Apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de desposseção bárbara nunca escala sem paralelo na história”.

Pensando o Brasil e seus processos de acumulação primitiva permanente

No Brasil, as duras marcas do atraso estrutural, impressas de forma perene no território e nas relações sociais, estão fundadas em uma história de expansão ao longo da ampla plataforma, de extensão continental, em que jazem classes sociais com baixo potencial transformador, sendo fragilmente constituídas e alicerçadas. Por cima, classes fundadas e arraigadas em formas mercantis-patrimonialistas e financeirizadas-usurárias-rentistas, descompromissadas com o povo e a nação. Por baixo, classes destituídos de direitos e de propriedade.

Ao se analisar a dinâmica de ação das diferenciadas facções das classes sociais, depara-se com a precariedade da constituição de sujeitos sociopolíticos portadores de decisões transformadoras, o que coloca impasses estruturais à construção politizada de processos de desenvolvimento. O que se reafirma, recorrentemente, é a abrangência e o poder das estruturas políticas conservadoras e reacionárias, com inaptidão congênita para dar universalidade à cidadania, aos direitos sociais e promover forças (re)produtivas modernas.

Há uma espécie de insuficiência dinâmica estrutural frente aos enormes desafios de construção das bases materiais requeridas para as tarefas transformadoras de busca de superação do subdesenvolvimento.

Assim, a história brasileira pode ser sintetizada em movimentos em que todas as heterogeneidades estruturais e as diversidades produtiva, urbana, social e ambiental estiveram subordinadas à lógica econômica da valorização fácil e rápida, isto é, de natureza imediatista, rentista e patrimonialista.

A exploração mercantil encontrou reiteradamente vantagens expandidas, ao se apropriar das potências possibilitadas pela variedade de fronteiras de acumulação disponibilizadas, espaços potenciais abertos, facultados e desimpedidos para a extração de lucros com pouco ou nenhum risco. Lógicas e processos extensivos, lograram itinerar pelo vasto território, descortinando, incorporando e protegendo nichos, domínios e “reservas” de valorização, explorando energias renovadas ou previamente acumuladas (por vezes através do uso de formas e relações sociais pretéridas de produção), tirando proveito de recursos ociosos, ocultos ou entorpecidos, se apropriando de ganhos fáceis e, acima de tudo, resguardando autoritariamente os interesses do atraso.

No uso geopolítico do território, a descartabilidade (de territórios, pessoas, instituições etc.) foi a marca maior da experiência brasileira de rápido crescimento econômico. Assim, é importante entender as formas através das quais a expansão e apropriação territoriais, a natureza de extensividade da acumulação, o privilégio da órbita da circulação dos capitais e o controle inabalável da propriedade (rural e urbana) fundiária foram funcionais às equações políticas e econômicas férreas que se estruturam no país ao longo de sua história. Analisar a natureza da hegemonia das cúpulas políticas mercantis territoriais que dominam o Brasil, que são sedimentados na terra, possuem apego patrimonialista orgânico com a terra-propriedade, são praticantes de atividades econômicas itinerantes, com destaque para a agricultura (Furtado, 1972 e Cano, 2007), a extração mineral, a apropriação privada perene do território, em contínua “fuga para a frente” (Tavares, 1999), tendo à disposição abundantes terras, força de trabalho, recursos naturais, infra-estrutura estatal, subsídios públicos etc..

As frações da elite territorial desenvolveram estratégias de recondicionar e reinventar permanentemente novos espaços de acumulação (pois são especializadas no escape para a frente, territorial e rentista), buscando renovadas “fronteiras” interiorizadas de valorização e impedindo a luta de classes aberta, o que cristaliza uma marcha interrompida travada, tanto do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas modernas quanto do ponto de vista dos direitos sociais (Tavares, 1999).

Em suma, o desenvolvimento capitalista no Brasil foi marcado historicamente por decisivo e contraditório conjunto de inércias, rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias e por um gigantesco e complexo processo de desenvolvimento desigual de seus espaços regionais e urbanos. Qualquer análise da realidade regional e urbana brasileira deve estar atenta aos fatores de continuidade e rigidez das desigualdades sociais e econômicas presentes no país. Também deve empreender o exame das marcantes persistências e recorrências de assimetrias estruturais entre as diversas regiões e classes sociais, fruto de determinações históricas de longa duração e de outras, mais recentes, que se sobrepõem àquelas mais remotas.

Recorrências colocadas pelo peso de um legado histórico implacável. Passado colonial, escravista, de “reprodução simples” mercantil e de acumulação primitiva permanente, determinantes de padrões fundiários e de acesso a direitos perversos e excludentes, destituidores de amplas massas humanas dos círculos de poder, propriedade e riqueza. Relações que se davam inicialmente num ambiente urbano

restrito, marcado por: grandes unidades produtoras (agrícola, mineradora e extrativista), rígida ordem escravocrata e senhorial, altíssima concentração de renda, riqueza e poder, orientação dos excedentes sociais para o exterior, ampla massa de deserdados, incipiente divisão social do trabalho. No continental território nacional se configurará um ambiente construído, herdado destes condicionantes históricos, em que o caudilhismo localista e regionalista prevalecerá, embotando as possibilidades de constituição de uma sociedade menos autoritária, o que deixará como herança formas atrasadas (que se perenizam) de convivência social.

O caráter extensivo e predatório em que se desenhou a geografia desigual do desenvolvimento capitalista brasileiro determinou a apropriação contínua de porções territoriais em (re)estruturação nas frentes de expansão que permitiam ganhos extraordinários, apesar dos baixos rendimentos físicos da terra em seu eterno deslocamento de fronteira. Celso Furtado ressalta essa itinerância da agricultura pelo vasto território. A predação de terras da agricultura itinerante reproduzia os padrões estruturais econômicos e políticos. Wilson Cano (2002: 119) assim resume as contribuições furtadianas nesta questão: “a dilatação da fronteira agrícola reproduzia o padrão de concentração da propriedade, da renda e do poder, a ‘oferta elástica’ de mão-de-obra, nesse caso excluía não só de propriedade, mas também de posse, mantendo a estrutura das relações sociais predominantes: patrimonialismo, submissão e marginalidade social”.

Enormes são os entraves estruturais que este legado histórico nos deixou. Estrutura perversamente concentrada de propriedade e de renda, débeis relações capitalistas de produção, dentre outros constrangimentos, impulsionaram às diversas regiões brasileiras, sobretudo as mais periféricas, impedimentos à conformação “mais natural” de espaços de produção manufatureira com traços “regionalizados”. Apenas se poderia estruturar a efetiva regionalização dos mercados de produção e consumo e a diversidade regional de atividades econômicas com um padrão mais equânime de distribuição de renda e de terra. De outro forma, o que preponderou foram atividades dinâmicas em poucos pontos circunscritos e privilegiados do amplo território e o engate mais geral a circuitos mercantis ágeis, mas que não possibilitaram uma expansão regionalizada da produção, distribuição e consumo. Enfim, não se logrou a estruturação de potentes mercados regionais no Brasil. Geraram-se mercados de consumo e de produção com extensão nacionalizada, mas não com densidade específica nos diversos

espaços locais-regionais. A referência no Brasil não pode ser o mercado regionalizado, como na experiência dos EUA, por falta de propriedade, renda e riqueza melhor distribuídas que engendrassem mercados dinâmicos em espaços urbano-regionais específicos.

Não obstante, a racionalidade econômica dos circuitos mercantis costurou e articulou os pontos dispersos no largo território. A forma e a lógica da apropriação/expropriação privada contínua do amplo território se processaram com grande extensividade, logrando multiplicar atividades produtivas importantes, que estabeleceram e dinamizaram núcleos urbanos, espaços regionais e rurais com marcadas especificidades. Variadas formas mercantis foram se intervalando pelo território, com pouca continuidade, conexão e contato entre si. Um mosaico de economias locais e regionais fragmentadas foi sendo cristalizado em processos de longa duração associados ao nascimento, auge e declínio dos diversos movimentos cíclicos regionalizados, com a marca distintiva da fronteira móvel e da apropriação territorial itinerante. São implantes e impulsões pontuais (muitas vezes com pouca ou nenhuma inter-relação entre si ou com seu *hinterland* mais imediato, e com fortes determinações de sua dinâmica, dadas exogenamente) espalhados pelo vasto território nacional. Ou seja, uma relativamente potente acumulação mercantil interna estruturou largo, heterogêneo e complexo espaço nacional de valorização do capital, isto é, um “sistema econômico nacional” importante. Os circuitos mercantis lograram potência suficiente para enlaçar os inúmeros “pontos sem seqüência” por todo o espaço nacional, com contínua construção de coesão econômica, depois física, mas nunca a devida coesão política e social. Uma relativamente potente acumulação mercantil interna vai desenhar um espaço nacional de valorização, revolucionarizando a reprodução de suas bases materiais, porém travando o acesso à propriedade e aos direitos por parte da maioria da população.

É um legado de intermitências, descontinuidades, predação de recursos materiais, humanos e ambientais, capilaridade, lógica pontual, ou por manchas, no território, que está na estrutura genética da “civilização brasileira”. Na maioria das vezes as decisões estratégicas sobre as trajetórias de crescimento nestes pontos específicos no espaço nacional são dadas com heteronomia, isto é, exogenamente a eles. Sem autodeterminação mínima endógena àquelas porções territoriais, mesmo nas com maior dinamismo, não se constituem centros internalizados, potentes, de decisão. Geralmente a dinâmica localizada, determinada externamente, e de cima para baixo,

nestes pontos territoriais, não logra ultrapassar seu entorno mais imediato, não integrando nem mesmo seu *hinterland* mais próximo. Se por um lado não se constitui endogenia no processo de desenvolvimento, por outro, a correlação de forças políticas não logra constituir base identitária mínima no sentido da construção de cidadania.

Grande parte da explicação para estas lógicas perversas reside na não sedimentação na propriedade, na falta de ancoragem territorial na terra, da imensa maioria da população. O território fica, portanto, povoado por hordas de despossuídos, de desabilitados pela propriedade, vagando, sem destino ou perspectivas, pelo amplo espaço nacional. Por outro lado, uma minoria, representada pela elite mercantil, rentista e patrimonialista se vê totalmente arraigada a imensas porções de terra e outras propriedades, mesmo tendo pouca margem de manobra sobre decisões estratégicas, que lhe são impostas de forma vertical (muitas vezes internacionalmente) sobre o seu espaço local.

A instauração de esquemas de reprodução econômica avançou no país, porém sem romper com os atavismos, os “caracteres heteronômicos herdados”, o que travou a construção coletiva de poder de regulação sobre o seu destino. Ou seja, a apropriação de excedente foi ganhando natureza e escala nacionalizada, porém se processa com níveis e ritmos marcadamente desiguais de desenvolvimento das forças produtivas materiais, com a combinação de situações (regionais, produtivas, sociais) bastante diversas.

O isolamento e a fragmentação regional foram um pesado legado histórico que perduraram em um processo secular. O processo de industrialização virá se sobrepor a essa lógica. Sem maior organicidade, as diversas porções regionais ficaram confinadas territorialmente, adstritas ao âmbito dos mercados locais restritos. A urbanização brasileira é também fruto desse processo. Consolida-se uma rede urbana diversificada e complexa, simultaneamente, dispersiva pelo interior e concentrada no litoral.

Em síntese, a exacerbação da esfera da circulação de capitais dispersivos, pouco amalgamáveis e sem enraizamento, descompromissados em território gigante, será um dos principais motores da máquina de crescimento que o Brasil montou ao longo de várias décadas. São implicações do território nacional ter dimensão continental, com fronteiras internas abertas e ser marcado por heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais, regionais, culturais, ambientais etc.) e assimetrias e diversidades virtuosas variadas. Por outro lado, o avanço material esteve amparado em um pacto de dominação

interna que buscou sempre a manutenção do poder político das facções de capitais fluidas e heterogêneas, difíceis de serem articuladas e orientadas produtivamente.

Este pacto de poder engendrou e perenizou estruturas altamente concentradoras de renda e riqueza e impediu o acesso à propriedade, à plena cidadania e aos direitos sociais, políticos e civis. Neste contexto, “a heterogeneidade social explica-se, sobretudo, pela *conquista do espaço interno de acumulação*, em condições de dominação que vão se alterando no tempo e nas formas de ocupação do território, mas que sempre confirmaram a tendência à concentração crescente da renda e da riqueza e à exploração brutal da mão-de-obra” (Tavares, 1999: 455). Entendemos que a análise da dimensão espacial do desenvolvimento do “capitalismo selvagem” brasileiro ajuda a lançar luz sobre a natureza de nosso padrão histórico de crescimento, com concentração brutal da terra, da riqueza, da renda e do poder.

Ou seja, ajuda a demonstrar que a coalizão de poder, o “bloco histórico” que domina o país, se alimenta e se reproduz, também, da extensividade, do caráter itinerante, da “fuga para a frente”, recorrentemente se reproduzindo em busca de fontes de valorização que utilizam a dimensão continental, a situação paradoxal e o movimento dialético da alta concentração geográfica e, ao mesmo tempo, a marcante “capilaridade” e capacidade de interiorização e “saída para dentro” que o capitalismo brasileiro aprendeu a utilizar, constituindo cadeias de adição de valor econômico longas e complexas e circuitos mercantis internos vigorosos. Assim, o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil logrou historicamente agilizar e contemplar, em simultâneo, variados e heterogêneos interesses (setoriais, regionais, das diversas frações do capital etc.).

Nossa economia continental, com sua decorrente vocação para a introversão, isto é, de “fuga para a frente e para dentro”, logrou seguir, com certa passividade, as trajetórias de menor resistência de uma pragmática estratégia de acrescentamento de elos antes ausentes de seu aparelho econômico, avançando paulatinamente sobre as variadas porções territoriais disponíveis. Tal política de preenchimento de lacunas, completando progressivamente nosso aparelho econômico, amparava e contemplava múltiplos interesses, contornava conflitos, ao não submeter e expor este aparelho às vicissitudes da coerção concorrencial, além de abrir horizontes de acumulação para as órbitas não-industriais e para as informalizações diversas.

A interiorização e o avanço territorial da urbanização sobre os espaços internos abrem horizontes, que podem ou não ser ocupados, de geração de capacidade produtiva, por reposição ou por ampliação, e criam oportunidades diversas para múltiplas frações de classe. Múltiplas demandas intersetoriais e complementaridades produtivas possibilitam efeitos multiplicadores e aceleradores que dinamizaram economias urbano-regionais diversas.

Cumpriu papel decisivo nesse processo o Estado, que montou grandes sistemas nacionais de suporte infraestrutural (energia, transportes, armazenamento e telecomunicações), sobretudo no período 1950/1980, que tinham grande coordenação e sinergia entre si, cumprindo papel importante no direcionamento dos núcleos, pólos e *hinterlands* que a rede urbana foi tomando. O Estado ofertava insumos básicos e infraestrutura, amparava e protegia as “iniciativas privadas” com incentivos e favorecimentos fiscais e creditícios, sinalizando e fomentando novos horizontes territoriais e setoriais de inversão, com amplas oportunidades rentáveis, subsidiadas e de baixo risco. Acolhia aberto leque de frações subordinadas (pouco dinâmicas) do capital, não penalizando “nenhum” segmento econômico com a imposição de queima de riqueza envelhecida. Condensando o poder de suas facções de classe constitutivas, de espectro bastante variado, garantia o amparo e a validação lucrativa de massas e estoques de riqueza acumulados e sancionava horizontalmente a valorização especulativa.

Assim o Brasil montou uma economia urbana moderna e diferenciada, com complexa estrutura produtiva (industrial, agropecuária e terciária) e heterogeneidades sociais, regionais, rurais e culturais marcantes. Ergueu, com enorme rapidez e conservadorismo, uma das sociedades urbanas de massa mais complexas do planeta. Uma sociedade multicultural vivendo em uma economia urbana sofisticada.

O período autoritário e de tratamento tecnocrático da questão nacional, em geral, e das questões urbanas e regionais, em particular, serviu apenas para agravar tal quadro já caótico e para soldar os interesses mercantis mais arcaicos em torno da expansão urbana. Tal esquema expansivo urbano representará papel decisivo no “pacto de compromisso” das oligarquias regionais.

Os espaços regionais e a cidade brasileira vão se enredando na malha desses interesses patrimonialistas e especulativos e se firma como uma espécie de “estufa”, campo fértil para o “cultivo”, destas frações do capital mercantil. No território se arma uma equação político-econômica eficaz entre os proprietários fundiários, o capital de

incorporação, o capital de construção e o capital financeiro, que passam a desfrutar de condições vantajosas e a auferir ganhos extraordinários. Essa coalizão conservadora tem os seus interesses assegurados pelos cartórios, câmaras de vereadores, pelo poder judiciário etc., travando as possibilidades de rompimento com o atraso estrutural e de avançar no direito à cidade e na gestão democrática e popular dos espaços regionais e urbanos.

Por vezes, conjunturalmente, esse amplo arco de alianças conservadoras ganha “ares mais modernos”, promovendo alguma reestruturação nas articulações urbano-regionais, do mercado de terras e de moradias, mas sempre deixando as marcas das relações promíscuas entre provisão pública de infraestrutura econômica e valorização fundiária.

Desde meados dos anos 1970 a ação estatal, sobretudo na periferia nacional, vinha reforçando seu papel estruturante do território nacional. A implementação de um pesado bloco de investimentos, a partir do II PND (1974/76), proveu infraestrutura básica e avançou inversões diretas das empresas estatais nas indústrias de insumos básicos e de bens de capital. A expansão dos complexos minerais, agromercantis, agropecuários e agroindustriais, as diferentes formas de inserção das matrizes produtivas regionais nos específicos mercados internacionais, de acordo com suas “especializações” setoriais produtivas, determinaram que diversas porções periféricas lograssem dinamizar suas bases econômicas regionais, gerando atração e absorção em suas estruturas ocupacionais formais ou informais para certas parcelas da população e diversificando seus espaços urbanos e metropolitanos, sobretudo algumas de suas cidades-pólo.

Implantam-se equipamentos urbanos de porte e serviços sofisticados, com a expansão generalizada do terciário, introjetando novos estilos de vida, padrões de consumo, formas de morar, de se deslocar etc. que requereram a construção de um urbano moderno ao longo da rede urbana, que avança em extensividade e intensificação de porte e complexidade. Essa expansão beneficiou os ramos executores das obras públicas de porte, nas áreas de rodovias, saneamento (abastecimento de água), energia elétrica, etc. representaram setores-chave da preferência do capital nacional pelas órbitas não-industriais, segundo Lessa e Dain (1982).

Estes macroinvestimentos setoriais do Estado desempenharam papel (des)estruturador, uma espécie de sucedâneo do planejamento regional. Como defende Carlos Vainer (2007: 83) “não eram os planejadores regionais que planejavam a região, mas os planejadores e tomadores de decisão em cada um dos macro-setores de infraestrutura: no setor elétrico, a Eletrobrás e suas coligadas (CHEFS, Eletronorte, Furnas, Eletrosul, Light), bem como algumas grandes empresas estaduais (Eletropaulo, Copel); no setor minero-metalúrgico, a Companhia Vale do Rio Doce, as grandes companhias siderúrgicas estatais; no setor petroquímico, a Petrobrás”.

Entretanto, a provisão de infra-estrutura se deu de forma restrita e seletiva. “Só os serviços funcionais de eletrificação e de transportes (sobretudo o aumento do transporte rodoviário e os veículos pessoais de classe média), além dos serviços bancários, foram arrastados pelo crescimento industrial. Saneamento, transporte de massas, educação pública e saúde não se expandiram no ritmo da industrialização nem da urbanização” (Tavares, 2006).

Os ciclos de crescimento sempre esbarraram na fragilidade congênita da não existência de um padrão de financiamento endógeno e industrializante no Brasil. Os surtos expansivos sempre estiveram baseados no engate externo de algum ciclo de liquidez.

A partir da crise da dívida (1981/1983) dos países periféricos, com a ruptura do circuito de financiamento externo, tivemos variados constrangimentos naquela trajetória histórica anterior de facilitada “fuga para frente”. O Brasil sofrerá, durante mais de duas décadas, os efeitos da reestruturação sistêmica internacional, sob a hegemonia do império americano. As políticas neoliberais, amplamente difundidas pelos países centrais (Harvey, 2008) serão colocadas em prática pelos diversos governos que se seguiram ao processo de abertura democrática no país.

Uma conjugação de fatores vai determinar o esgotamento de nosso débil padrão endógeno de desenvolvimento e o desmonte dos instrumentos impulsionadores do processo de crescimento econômico. O país volta a transferir recursos reais ao exterior. Deterioram-se as anteriores conexões e continuidades entre os investimentos públicos e os investimentos privados.

Como bem sintetizou Carneiro (2008) “os dados indicam um padrão de crescimento peculiar, desde o final dos anos 1980, caracterizado por uma maior

volatilidade da taxa de crescimento, em torno de uma média reduzida. Esse perfil, com ciclos mais frequentes e acentuados, é típico do crescimento comandado pela demanda – consumo e exportações líquidas – com o investimento ocupando papel subordinado”.

O Estado perde poder de coordenação estruturante, de orientar e promover frentes de expansão atrativas. A economia brasileira ingressa em um regime de rebaixadas, e frequentemente interrompidas, taxas de crescimento. Na falta de capacidade do Estado para incitar inversões e na ausência de um padrão de financiamento que não tenha as características *ad hoc* – como historicamente foi a marca do padrão brasileiro, isto é, recorrentemente ancorado nos endividamentos externo e interno – torna-se cada dia mais difícil acomodar e coordenar tantos, grandes e dispersivos interesses.

Na década de 1990 estas características estruturais se exacerbaram em razão das opções neoliberais de condução da política econômica realizadas. Como de praxe, no Brasil, sempre que falha o engate em um ciclo internacional de liquidez, exacerba-se o loteamento/privatização do Estado como *locus* de luta de setores procurando escapar à retração/estagnação. Promoveu-se a privatização do patrimônio público (telecomunicações, energia elétrica, bancos, ferrovias, rodovias, mineração etc.) sem qualquer orientação estratégica.

Ingressamos em processo de integração subordinada na mundialização financeirizada, promovendo o ajuste passivo e a modernização defensiva e a não diversificação do aparelho produtivo. Ao invés da geração de capacidade produtiva renovada, os recursos financeiros voláteis acessados no exterior, ganham a forma de inversões que se materializam antes como aquisições patrimoniais (fusões e aquisições) do que como investimentos produtivos.

O processo de mudança produtiva teve por base a identificação automática de vantagens comparativas reveladas e estáticas, em que a especialização regressiva foi fortalecida por táticas de sobrevivência operacional das unidades empresariais, com expansão de relações mercantis intra-firmas e terceirizadas, acréscimo de conteúdo importado, deixando escapar posições estratégicas em setores que não fossem aqueles de demanda inelástica, de rebaixado potencial e dinamismo e reduzido conteúdo tecnológico. A opção de centrar o *core-businesses* em *commodities*, o aprofundamento da configuração patrimonialista-rentista dos grupos nacionais, a falta de estratégia

industrial por parte do Estado, dentre outros fatores, acabou por sancionar um comportamento empresarial defensivo e imediatista que ganha crescentemente natureza estrutural.

A partir daí tivemos inconsistentes surtos localizados de crescimento em algumas regiões e em alguns setores produtivos, ampliando ainda mais as heterogeneidades e assincronias nas decisões de investimento. Dilataram-se ainda mais as disritmias e os descompassos entre as decisões públicas e privadas de inversão. Esse é um constrangimento fundamental, pois no passado o Estado impunha sinalização, coordenava, regulava e procurava dar sintonia a essas decisões. Depois consolidou-se enorme perda de capacidade de concatenação por parte do Estado e, em decorrência, de indução do investimento privado.

Ocorreu re-especialização e re-mercantilização, pois o Brasil durante os anos 1990 aprofundou ainda mais suas vantagens competitivas estáticas e absolutas históricas nos segmentos padronizados e de processamento contínuo de recursos minerais, florestais, energéticos, agrícolas e pecuários, como a produção de minério de ferro, siderurgia e alumínio (basicamente insumos metálicos semiacabados), petróleo e petroquímica, celulose e papel, alimentos industrializados (grãos, suco de laranja, carnes, etc.) e têxteis padronizados etc.. Assim ocorreu regressão no dinamismo industrial, com o reforço do agronegócio, dos segmentos ancorados na exploração de recursos naturais, extração e beneficiamento de petróleo e outros minerais.

Entretanto tais setores econômicos apresentam variados limites estruturais. Por serem caracterizados como oligopólios concentrados, são setores constituídos por poucas e grandes empresas, que são debilitadas em sua capacidade dinâmica e estratégica, por serem intensivas em escala técnica, financeiras e de gestão, processadoras de *commodities* industriais de uso intermediário na estrutura produtiva. Com pouca diferenciação de seu produto, se encontra em estruturas de mercado competitivas em que o ambiente macroeconômico, as vantagens associadas a custos, a qualidade das infraestruturas de energia, transporte, armazenamento e redes de distribuição cumprem papel decisivo no acirrado processo concorrencial, inclusive aquele que se dá no plano internacional (pois suas grandes empresas são “tomadoras de preço” nas bolsas de commodities mundiais). Com restrições marcantes para a promoção de dinâmica intersetorial, estes segmentos apresentam ainda diversos constrangimentos, pois são dotados de padrão locacional orientado pela

apropriabilidade privada de vantagens competitivas estáticas, derivadas do acesso privilegiado a fontes de matérias-primas, mão-de-obra e energia baratas e a recursos territoriais abundantes, água, ensolação, dentre outros fatores.

A partir dos anos 1990 foram se aprofundando a transnacionalização do aparelho produtivo localizado no país e a perda de importância de elos decisivos das cadeias produtivas mais dinâmicas. “O processo de re-especialização da economia brasileira, que constitui uma das faces da desindustrialização, pode ser também avaliado ao se analisar as cadeias produtivas. Para o conjunto da indústria brasileira há uma evidente perda de adensamento. Isso significa que do valor bruto da produção da indústria, uma parcela crescente deveu-se a compras intermediárias, fora da indústria. Isso pode ter se originado de uma re-primarização da estrutura produtiva, ou uma ampliação do coeficiente importado de insumos e peças. Ambas as mudanças ocorreram” (Carneiro, 2008: 28).

A crise que se instala no país recrudescer os velhos impasses e recorrências históricas de nossa reprodução social, acentuando a corrosão dos fundamentos da esfera pública e agravando a desarticulação de ações construtivas. A supremacia da macroeconomia da riqueza mercantil e financeira, que vai se legitimando crescentemente nas duas últimas décadas, veio sancionar o arco de alianças conservadoras que dominam secularmente a vida nacional, com precarização e depois o desmonte da capacidade de coordenação de um Estado, refém de uma economia com estrutural fragilidade financeira, fiscal e cambial.

Como vimos buscando enfatizar neste ensaio, o processo de crescimento econômico no Brasil avançou sempre sem qualquer possibilidade de maior “homogeneização” social ou regional, que pudesse arrastar e acicatar o conjunto das atividades econômicas terciárias, agropecuárias, de suporte infraestrutural etc. na organização de forças produtivas impulsoras mais dinâmicas. Transformações materiais abrangentes se processaram, porém nunca foram acompanhadas de maior acessibilidade, por parte da maioria da população, à propriedade, à terra rural ou urbana, à educação e saúde de qualidade, à moradia, aos serviços urbanos, à inserção formal no mercado de trabalho, à renda com permanência e segurança, ou seja, configura-se uma massa popular sem direitos à cidade ou às suas economias urbanas modernas etc.

Avançou-se na construção de um diversificado espaço nacional, consolidando uma capacidade de dar coerência à valorização de uma ampla frente de capitais –

bastante assimétricos, segundo os cortes setoriais, regionais, de porte, de propriedade etc. – articulados mercantil, patrimonial e financeiramente, porém sem promover acesso e habilitação pela propriedade e pelos direitos sociais.

As estruturas socioeconômicas de exploração e marginalização continuaram a se fortalecer, a super-exploração do trabalho e a destruição ambiental persistiram e se sofisticaram. A compulsão das elites para estocar, simultaneamente ativos de raiz e ativos financeiros, para espoliar, explorar e depredar os recursos territoriais, ao mesmo tempo em que busca no âmbito do Estado garantias de rentabilidade, liquidez e conservação patrimonial se exacerbaram.

O poder público assume o papel de garante da segurança de proprietários fundiários que realizam uma fuga para a frente extensiva e uma apropriação privada contínua em territórios urbanos e regionais não adensados. Tais territórios ocupados de forma descontínua têm suas propriedades privadas sendo valorizadas graças aos ganhos de retenção especulativa da terra. Ou seja, terras vacantes e servidas pelo aporte público são extraídas do processo de circulação imobiliária, são postas à parte, apartadas tanto do mercado quanto de sua função (que deveria ser) social, à medida que são conservadas pelos *rentiers* fundiários/financeirizados.

O Brasil sofisticou processos gerais do sistema capitalista, em que o solo urbano é transformado em ativo financeiro, segundo os brilhantes desenvolvimentos de Harvey (1982). O mercado de terras se torna um segmento particular do mercado financeiro. O proprietário fundiário, monopolista de uma porção territorial da cidade, se transforma em uma facção de classe portadora de capital dinheiro. A renda da terra, capitalizada a determinada taxa de juros, assume a forma de títulos de propriedade em circulação e o papel de capital portador de juros, uma espécie de capital fictício (promovido com a monetarização, o desenvolvimento do sistema de crédito e a necessidade de “abrir” a terra como um campo livre para o fluxo contínuo do movimento de capital).

Mesmo capturado por essas forças rentistas, especulativas e patrimonialistas, e apesar da múltipla crise, a urbanização e o crescimento regional prosseguiram em ritmo acelerado. A dramática crise social assume cada vez mais uma dimensão urbano-metropolitana. Confirmam-se as assertivas de Maricato (2001), o Brasil vem sendo marcado por gigantesco movimento de construção de cidades e simultaneamente por processo de rápida urbanização que se apresenta como uma máquina potente de

produzir favelas e depredar o meio ambiente. É importante enfatizar como a rápida construção desse ambiente socialmente construído possibilita a auferição de ganhos pecuniários e trocas políticas, sobretudo pelo papel central que a cidade ilegal desempenha nesse processo. Essa forma peculiar de construção destas economias urbanas é baseada na convivência do avanço que permanentemente transforma e moderniza esse espaço construído, com a recriação conservadora recorrente de formas de domínio político, de exclusão social e do atraso estrutural.

Cabe ressaltar que a desordem do espaço urbano brasileiro torna-se necessária e funcional para a ativação do próprio circuito de valorização dos capitais mercantis oblíquos aí dispostos, forçando o distanciamento entre a cidade do direito e a cidade do fato, e sancionando a legislação e o judiciário para atuarem em favor do capital imobiliário. Se a ilegalidade das ocupações pode ser considerada irrelevante ao longo dos vazios urbanos que cumprem função de reservas especulativas, durante o processo descontínuo de expansão urbana, ela será combatida quando essas áreas adquirirem valor de mercado. Poderia-se afirmar que trata-se de mais um exemplo de acumulação por despossessão: as formas perenes de espoliação urbana (Kowarick, 1979) presentes nas cidades brasileiras.

As hipóteses assumidas neste ensaio sugerem que se recorde das importantes elaborações analíticas de três grandes cientistas sociais brasileiros: o questionamento sobre a natureza do nosso subcapitalismo, por Florestan Fernandes; a definição de subdesenvolvimento enquanto malformação estrutural, por Celso Furtado e a sugestão do tratamento do processo de subdesenvolvimento como estado de exceção, por Francisco de Oliveira.

Se aqui não é o espaço para o aprofundamento destas importantes pistas destes autores para se pensar as especificidades do capitalismo brasileiro, caberia pelo menos encerrar com a seguinte citação daquele último, que parece bem adequada ao que foi levantado ao longo deste texto: “O subdesenvolvimento viria a ser a forma de exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia (...) o patrimonialismo como exceção da concorrência entre capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada ” (Oliveira, 2003: 131). Segundo ele, “não há possibilidade de avançar (...) as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as ‘acumulações primitivas’ (...) mas agora com o

domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, ‘acumulação’ ” (Oliveira, 2003: 150).

Breves Considerações Finais

O Brasil forjou economias urbano-regionais e rurais de natureza bastante complexa, submetidas a estruturas políticas arcaicas de um pacto de dominação, que soldou um contrato social produtor de diversas expressões de desigualdades e gerador de intoleráveis privações materiais, além de sufocar a reprodução ampliada de forças produtivas avançadas.

O processo de valorização, sob o amparo do Estado, de uma pluralidade de capitais mercantis variados e dispersivos se deu em contexto comandado macro e microeconomicamente pela hegemonia política de formas mercantis, patrimonialistas, financeirizadas e rentistas. A ação pública não logrou promover a acumulação reprodutiva, como nas experiências históricas dos capitalismo desenvolvidos. Apenas fomentou e sancionou recorrentemente um gigantesco processo de valorização mercantil-patrimonial. É neste sentido que poder-se-ia supor que o Brasil se configura com um enorme complexo de promoção mercantil-patrimonial-rentista, um sofisticado aparelho mercantil com massas de riqueza em busca de entesouramento e circulação por circuitos de valorização fundados em diversas modalidades de acumulação primitiva, na extensividade e na expansão territorial predatória ao longo da enorme plataforma territorial-econômica operativa da circulação e valorização das diversas frações dos capitais nacionais e internacionais.

Há hipertrofia e marcante hegemonia das frações mercantis de capital. Há sobredeterminação do capital portador de juros, sob suas diversas formas, e exacerbação da esfera da circulação de capitais dispersivos, pouco amalgamáveis e sem enraizamento, descompromissados com qualquer projeto nacional. Essa conjunção de fatores leva a que se estruturassem potentes e persistentes máquinas de produção de múltiplas desigualdades, interdição de direitos e diversificados e sofisticados mecanismos socioeconômicos e políticos de exploração e marginalização.

Com elites conservadoras e reacionárias, dotadas de massas de fortunas entesouradas na forma territorial ou usurária, que pouco foram coagidas durante o curso

histórico, nem pela geopolítica das nações, nem pelos super-explorados, o Brasil nunca logrou avançar um projeto democrático de desenvolvimento.

A autonomização das operações das massas de capitais conservados sob a forma dinheiro, ávidos por auferir valorização ágil e garantida na esfera fictícia, parasitária e financeirizada, que o atual regime rentista de valorização desenvolveu, e que a presente crise sistêmica apenas desvela e propaga, encontrou campo fértil no espaço-plataforma de valorização brasileiro.

A apropriação e expropriação dos abundantes recursos territoriais e a acumulação primitiva permanente foram elementos fundantes da nossa história até aqui. O território heterogêneo e de grande porte desempenhou papel estratégico nestas táticas subordinadas e covardes de nossas elites. Transformado em mera base operativa e plataforma de simples circulação de capitais usurários e lócus da predação e degradação humana e ambiental, o território passou a ser visto e utilizado como objeto inerte.

É tarefa urgente das forças sociais progressistas tratá-lo como ambiente politizado, em conflito e em construção, fruto que é de relações sociais. Como *locus* privilegiado em que se debatem (podendo ser compatibilizados ou não) projetos e trajetórias em reiteradas contendidas. É decisivo analisar a produção social do espaço, os conflitos que se estruturam e os antagonismos que são tramados em torno do ambiente construído deste território continental e heterogêneo, buscando analisar as formas concretas em que se processam, manifestam e projetam a reprodução social de sujeitos concretos em luta no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni (2008). Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo, Boitempo.
- AKB (2008). Dossiê da crise. Associação Keynesiana Brasileira. Porto Alegre, UFRGS. (www.ppge.ufrgs.br/akb).
- BRANDÃO, Carlos (2007a). Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e global. Campinas, Editora da Unicamp.
- BRANDÃO, Carlos (2007b). Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, Antônio C.; ALMEIDA F., Niemeyer A. (organizadores) (2007b). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, Editora Alínea.
- CANO, Wilson (2002). Ensaio sobre a formação econômica regional no Brasil. Campinas, Editora da Unicamp.

- CARNEIRO, Ricardo (2008). Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. Campinas, Instituto de Economia. Textos para Discussão n. 153, nov.
- CHESNAIS, François (2005) A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo, Boitempo.
- FIORI, José Luis (2007). O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo, Boitempo.
- HARVEY, David (1982). Limits to capital. Oxford, Basil Blackwell.
- HARVEY, David (2003). O novo imperialismo. São Paulo, Loyola, 2004.
- HARVEY, David (2008). O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo, Loyola, 2008.
- HILFERDING, Rudolf (1910). O capital financeiro. São Paulo, Abril Cultural, 1985.
- KOWARICK, Lúcio (1979). A espoliação urbana. São Paulo, Paz e Terra.
- LENIN, Vladimir Ilyich (1917). O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo, Global, 1982.
- LUXEMBURG, Rosa (1913). A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- MANDEL, Ernest (1978). O capitalismo tardio. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MARICATO, Ermínia (2001). Brasil, cidades. Petrópolis, Vozes.
- MARX, Karl (1867). O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- OLIVEIRA, Francisco (2003). Crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo, Boitempo.
- PAULANI, Leda M. (2008). Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo, Boitempo.
- ROSDOLSKY, Roman (1968). Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. São Paulo, Contraponto, 2001.
- SEP (2008). Sociedade Brasileira de Economia Política. Primeiro dossiê de textos marxistas sobre a crise mundial. Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. São Paulo. (www.sep.org.br).
- SCHUMPETER, Joseph Alois (1943). Capitalismo, socialismo e democracia. São Paulo, Zahar, 1985.
- TAVARES, Maria da Conceição (1999). Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luís (org.) (1999). Estado e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes.
- TAVARES, Maria da Conceição (2006). Notas de aula sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. Centro Celso Furtado. (www.centrocelsofurtado.org.br).
- VAINER, Carlos B. (2007). Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial. In: DINIZ, Célio Campolina (org.) (2007). Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil. Brasília: Ministério da Integração Nacional.